

Termo de Referência 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	158393-INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DE SE /C.ARACAJU	DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO	19/12/2024 11:29 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23290.001264 /2024-43

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos odontológicos dos Campi Aracaju e Lagarto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - CAMPUS ARACAJU							
Item	Descrição do Serviço	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços especializados em manutenção preventiva dos equipamentos odontológicos da Coordenadoria de Saúde Escolar do Campus Aracaju	5797	MÊS	01	12	R\$ 1.430,00	R\$ 17.160,00
02	Prestação de serviços especializados em manutenção corretiva (somente mão de obra) dos equipamentos odontológicos da Coordenadoria de Saúde Escolar do Campus Aracaju (este item pode ser combinado com a troca de peças).	5797	SERVIÇO	01	06	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
03	Fornecimento de peça/material: Terminal tríplice para o consultório odontológico, marca DABI ATLANTI, Modelo CROMA FLEX TYPE	5797	UND	01	01	R\$ 92,40	R\$ 92,40
04	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material latão cromado ou alumínio, tipo seringa tríplice, marca DABI ATLANTI, Modelo CROMA FLEX TYPE	5797	UND	01	01	R\$ 261,80	R\$ 261,80
05	Fornecimento de peça/material: Válvula reguladora para o consultório odontológico, marca DABI ATLANTI,	5797	UND	01	01	R\$ 207,90	R\$ 207,90

	Modelo CROMA FLEX TYPE						
06	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, tipo pedal de comando, aplicação p/ cadeira e equipo, características adicionais completo c/ mangueira, marca DABI ATLANTI, Modelo CROMA FLEX TYPE	5797	UND	01	01	R\$ 188,65	R\$ 188,65
07	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material aço, tipo rolamento cerâmico, aplicação caneta alta rotação, marca DENTFLEX, modelo CE 0470 SIGMA AIR 1s push button.	5797	UND	01	03	R\$ 91,66	R\$ 274,98
08	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material vergalhão alumínio, tipo rotor aro, aplicação caneta alta rotação, marca DENTFLEX, modelo CE 0470 SIGMA AIR 1s push button.	5797	UND	01	03	R\$ 188,84	R\$ 566,52
09	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material aço, tipo rolamento, aplicação micromotor, marca DENTIFLEX, modelo CE 0470.	5797	UND	01	03	R\$ 92,04	R\$ 276,12
10	Fornecimento de peça/material: Caneta baixa rotação, tipo micromotor, conexão borden 2 furos, refrigeração c/ refrigeração externa, marca DENTFLEX, modelo CE 0470.	5797	UND	01	03	R\$ 185,90	R\$ 557,70
11	Fornecimento de peça/material: Rolamento para compressor, modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	04	R\$ 48,40	R\$ 193,60
12	Fornecimento de peça/material: Kit Anel para compressor tipo odontológico, modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	02	R\$ 94,24	R\$ 188,48
13	Fornecimento de peça/material: Biela para compressor, modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	02	R\$ 205,70	R\$ 411,40
14	Fornecimento de peça/material: Pistão para compressor, modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	02	R\$ 93,14	R\$ 186,28
15	Fornecimento de peça/material: Excêntrico para compressor modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	01	R\$ 249,51	R\$ 249,51
16	Fornecimento de peça/material: Pressostato 80/120 psi para compressor, modelo MSV 6/50, marca SCHUSTER.	5797	UND	01	01	R\$ 114,40	R\$ 114,40
17	Fornecimento de peça/material: Caneta de ultrassom odontológico, marca SCHUSTER, modelo JETLAXIS SONIC BP LED.	5797	UND	01	01	R\$ 1.020,44	R\$ 1.020,44
18	Fornecimento de peça/material: Filtro de ar para aparelho de ultrassom odontológico, marca SCHUSTER, modelo JETLAXIS SONIC BP LED.	5797	UND	01	01	R\$ 143,36	R\$ 143,36

19	Fornecimento de peça/material: Bateria para aparelho fotopolimerizador, marca SCHUSTER, modelo CURING LIGHT.	5797	UND	01	01	R\$ 206,80	R\$ 206,80
20	Fornecimento de peça/material: válvula pneumática com regulagem para consultório odontológico. Marca: DABI ATLANTI, Modelo CROMA FLEX TYPE	5797	UND	01	02	R\$ 269,50	R\$ 539,00
21	Fornecimento genérico de demais peças (não será objeto de lance, repetir o valor do Termo de referência)	5797	SERVIÇO	01	01	R\$9.600,00	R\$9.600,00

GRUPO 2 - CAMPUS LAGARTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
22	Prestação de serviços especializados em manutenção preventiva dos equipamentos odontológicos da Núcleo de Saúde Escolar do Campus Lagarto	5797	BIMESTRAL	01	06	R\$ 1.270,00	R\$ 8.580,00
23	Prestação de serviços especializados em manutenção corretiva (somente mão de obra) dos equipamentos odontológicos da Coordenadoria de Saúde Escolar do Campus Aracaju (este item pode ser combinado com a troca de peças).	5797	SERVIÇO	01	06	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
24	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material latão cromado ou alumínio, tipo seringa triplice, modelo Magnus Ouro Flex, marca Dentemed	5797	UND	01	01	R\$ 259,24	R\$ 259,24
25	Fornecimento de peça/material: Válvula pneumática com regulagem para consultório odontológico, modelo Magnus Ouro Flex, marca Dentemed	5797	UND	01	02	R\$ 269,50	R\$ 539,00
26	Fornecimento de peça/material: Válvula reguladora para o consultório odontológico, modelo Magnus Ouro Flex, marca Dentemed	5797	UND	01	01	R\$ 220,00	R\$ 220,00
27	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, tipo pedal de comando, aplicação p/ cadeira e equipo, características adicionais completo c/ mangueira, modelo Magnus Ouro Flex, marca Dentemed	5797	UND	01	01	R\$ 191,40	R\$ 191,40
28	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material aço, tipo rolamento ceramico, aplicação caneta alta rotação, modelo Mega Button, marca DX	5797	UND	01	04	R\$ 95,34	R\$ 381,36
29	Fornecimento de peça/material: equipamento odontológico, material vergalhão alumínio, tipo rotor aro, aplicação caneta alta rotação, modelo Mega Button, marca DX	5797	UND	01	01	R\$ 181,50	R\$ 181,50
	Fornecimento de peça/material: equipamento						

30	odontológico, material aço, tipo rolamento, aplicação micromotor, modelo Intra, marca DX	5797	UND	01	04	R\$ 90,56	R\$ 362,24
31	Fornecimento de peça/material: Caneta baixa rotação, tipo micromotor, conexão conexão borden 2 furos, refrigeração c/ refrigeração externa, modelo Intra, marca DX	5797	UND	01	01	R\$ 181,50	R\$ 181,50
32	Fornecimento de peça/material: Rolamento para compressor, modelo Bioqualy air, marca Gnatus	5797	UND	01	04	R\$ 46,56	R\$ 186,24
33	Fornecimento de peça/material: Anel para compressor, modelo Bioqualy air, marca Gnatus	5797	UND	01	01	R\$ 102,30	R\$ 102,30
34	Fornecimento de peça/material: Biela e Pistão para compressor, modelo Bioqualy air, marca Gnatus	5797	UND	01	02	R\$ 272,80	R\$ 545,60
35	Fornecimento de peça/material: Pressostato 80/120 psi para compressor, modelo Bioqualy air, marca Gnatus	5797	UND	01	01	R\$ 112,56	R\$ 112,56
36	Fornecimento de peça/material: Anel vedação da porta da autoclave, modelo 2.1 (12L), marca Digitale	5797	UND	01	01	R\$ 271,34	R\$ 271,34
37	Fornecimento de peça/material: Selo de segurança para autoclave, modelo 2.1 (12L), marca Digitale	5797	UND	01	02	R\$ 52,44	R\$ 104,88
38	Fornecimento de peça/material: Acessórios autoclave, tipo válvula solenóide, modelo 2.1 (12L), marca Digitale	5797	UND	01	02	R\$ 301,40	R\$ 602,80
39	Fornecimento de peça/material: Caneta baixa rotação, tipo micromotor, conexão conexão borden 2 furos, refrigeração c/ refrigeração externa, marca KAVO, modelo 500.	5797	UND	01	01	R\$ 181,50	R\$ 181,50
40	Fornecimento de peça /material: equipamento odontológico, material aço, tipo rolamento cerâmico, aplicação caneta alta rotação, marca KAVO, modelo turbina extra torque 505C.	5797	UND	01	02	R\$ 95,34	R\$ 190,68
41	Fornecimento genérico de demais peças (não será objeto de lance, repetir o valor do Termo de referência)	5797	Serviço	01	01	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
						TOTAL ESTIMADO:	R\$ 75.633,48

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(s), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do instrumento contratual, prorrogável por no máximo de 10 anos, *na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021*.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de manter o correto funcionamento dos equipamentos médicos e odontológicos que se encontram em funcionamentos nos setores de saúde do

Campus Aracaju e Lagarto. O IFS não dispõe de mão-de-obra qualificada para realizar este tipo de manutenção, desta forma é necessário contratar uma empresa especializada para execução do serviço, considerando que tais equipamentos são essenciais para o funcionamento do setor e atendimento aos alunos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-000010/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 388 a 420

IV) Classe/Grupo: 6640- Equipamentos e artigos de laboratório; 8145 - recipientes especializados para transporte e armazenagem; 4730- acessórios e ferragens especiais para mangueiras, canos e tubos; 6550- substâncias para diagnóstico "in vitro", reagentes, conjuntos e jogos para teste; 6630- instrumentos para análise químicas; 9340- artigos de vidro; 6685- instrumentos para medição e controle de pressão, temperatura e umidade; 6505- drogas e medicamentos; 8030 - compostos preservativos e vedantes.

V) Identificador da Futura Contratação:158393-9005/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS

3.2.1. Será de responsabilidade da licitante adjudicatária o fornecimento das peças já estabelecido na definição do objeto nos preços de acordo com sua proposta.

3.2.2. Em caso de necessidade de substituição das peças não relacionadas a licitante adjudicatária apresentará ao fiscal do contrato um orçamento. O fiscal do contrato, por sua vez, solicitará à área de licitação/compras, uma pesquisa de preço com no mínimo 3 (três) orçamentos (justificando caso não seja possível esse quantitativo) para, de posse destes, comparar com o apresentado pela licitante, podendo decorrer duas possibilidades:

3.2.2.1. Se o valor da peça orçado pela licitante adjudicatária for menor ou igual ao valor de mercado, o serviço será autorizado pela administração da Unidade Contratante, conforme o valor orçado por aquela;

3.2.2.2 Existindo pelo menos uma das cotações de mercado para as peças com valor menor que o orçado pela licitante adjudicatária, esta deverá assumir o preço da cotação menor (para a peça determinada), reapresentando seu orçamento para aprovação do serviço pela administração da Unidade Contratante;

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 OS critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.

4.1.2 Considerando o Estudo Técnico Preliminar, para diminuir possíveis impactos ambientais, deverão ser adotadas as seguintes medidas na execução contratual.

4.1.3 Substituir sempre que possível as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4 Evitar o desperdício de peças genuínas em bom estado de uso por falta de manutenção;

4.1.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se faz necessário para execução dos serviços e fiscalizar o uso;

4.1.6 A contratada deve obedecer as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, de acordo com o ministério do trabalho e ministério da saúde;

4.1.7 Realizar manutenção nos equipamentos odontológicos de forma a garantir seu funcionamento na máxima potência, bem como a efetiva biossegurança, reduzindo risco de disseminação de vírus no ambiente do consultório.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas na definição do Objeto no item 1 desse Termo de Referência.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3 Diante das conclusões extraídas do processo n. 23290.001264/2024-43, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas com qualidades inferiores.

Da exigência de carta de solidariedade

~~4.4 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

~~4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

Vistoria

4.14 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.15 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.16 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes..

4.18 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: data a ser informada no contrato.

5.1.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva abrangerão todos os elementos do (s) equipamentos, que será minuciosamente averiguado(s) e regulados, e quando verificado defeitos, deverão ser substituídos seus acessórios, componentes ou peças. Os serviços deverão ser realizados por técnicos especializados com o emprego das ferramentas apropriadas, com o objetivo de mantê-los sempre em bom funcionamento, a manutenção corretiva deverá ser executada quando solicitado pelo contratante ou quando detectada pela contratada, com a devida comunicação e anuência da fiscalização do CONTRATANTE, incluindo, por parte da contratada, os itens que não estão disponibilizados a CONTRATADA deverá providenciar 03 (três) orçamentos. A instalação das peças necessárias para execução do serviço, não terá ônus para a CONTRATADA ,

5.1.3. O Cronograma de realização dos serviços deve ser de 12 meses com a COSE do Campus Aracaju e bimestrais no Núcleo de Saúde escolar do Campus Lagarto.

5.1.4. Os prazos das etapas serão a partir das datas que forem enviadas por e-mail.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

CAMPUS ARACAJU: Av. Eng. Gentil Tavares, 1166 - Getúlio Vargas, Aracaju - SE, 49055-260;

CAMPUS LAGARTO: Estr. da Barragem, 286 - Jardim Campo Novo, Lagarto - SE, 49400-000

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 09:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00h tanto no Campus Lagarto quanto no Campus Aracaju

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1 A execução dos serviços será iniciada com a assinatura do contrato, no prazo de 24hs.

5.4.2 A contratada deverá previamente agendar a primeira visita, afim de iniciar com a manutenção preventiva e caso seja necessário, de imediato com a corretiva.

5.4.3 Deverá ser estabelecido um cronograma em comum acordo com a COSE, para as visitas mensais (Campus Aracaju) e bimestrais (Campus Lagarto) de manutenção preventiva.

5.4.4 A solicitação dos serviços corretivos será feita por e-mail, tendo a contratada o prazo de 24 horas para iniciar o atendimento, salvo em situações emergenciais quando deverá comparecer no prazo de até 02 horas.

5.4.5 Considera-se EMERGENCIAL a situação que inviabiliza completamente a utilização do equipamento e que impacte diretamente na rotina de atendimentos clínicos.

5.4.6 A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção corretiva e extra manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Esses serviços deverão ser executados sempre que os equipamentos apresentarem problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender os padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.

5.4.7 A substituição de materiais e peças deverá ser previamente autorizada pela FISCALIZAÇÃO. Assim cabe ressaltar que os materiais necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos deverão ser de única e total responsabilidade da CONTRATADA. A necessidade de troca de peças incluindo aquelas que são de substituição eventual, contingencial e imprevisível, deverá ser comunicada ao Fiscal do Contrato, por meio de relatório, no qual constará descrição minuciosa e completa das peças a serem substituídas.

5.4.8 O equipamento que for deslocado para a oficina a fim de receber manutenção preventiva ou corretiva, deverá retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da retirada do equipamento, sendo que este prazo poderá ser prorrogado em comum acordo com o fiscal do contrato.

5.4.9 A necessidade de substituição de equipamentos ou componentes que não estão relacionadas às peças comumente empregadas na manutenção corretiva deverá ser comunicada à CONTRATANTE, através de relatório, no qual constará descrição minuciosa e completa das peças, componentes ou equipamentos a serem substituídos.

5.4.10 Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, a partir de sua data de execução.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para correta manutenção dos equipamentos nas quantidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário, conforme a necessidade do contratante.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1- Os atendimentos diários com os discentes nos três turnos

5.6.2 Os equipamentos em uso atualmente estão relacionados abaixo com seus respectivos anos de fabricação e modelo:

5.6.2.1 Relação de equipamentos do Campus Aracaju:

(01) um aparelho de Raio X com pedestal e rodízios. Marca: DABI ATLANTE Modelo: SPECTRO II Ano: 1995

(01) um ultrassom odontológico. Marca: SCHUSTER Modelo: JETLAXIS SONIC BP LED Ano: 2016

(01) uma autoclave. Marca: SERCON Modelo: AHNS Ano: 2007

(01) um Consultório Odontológico. Marca: DABI ATLANTI Modelo: CROMA FLEX TYPE Ano: desconhecido

(03) três canetas de alta rotação. Marca: DENTFLEX Modelo: CE 0470 Ano: 2014

(03) três Micromotores. Marca: DENTFLEX Modelo: CE 0470 Ano: 2014

(03) três Contra ângulos. Marca: DENTFLEX Modelo: CE 0470 Ano: 2014

(01) um amalgamador. Marca: SCHUSTER Modelo: VIBRAMAT CAPSULAR ANALÓGICO Ano: 2007

(01) uma cuba ultrassônica. Marca: KONDORTECH Modelo: CD- 4820 Ano: 2008

(01) um negatoscópio. Marca: BLUE Modelo: negatoscópio telepanorâmico com lupa Ano: 2008

(01) um fotopolimerizador. Marca: SCHUSTER Modelo: CURING LIGHT Ano: 2010

(01) um compressor odontológico. Marca: SCHUSTER Modelo: MSV 6/50 Ano: 2009

(01) uma bomba de vácuo em consultório odontológico. Marca: SCHUSTER Modelo: SUSTRON ELETTRONIC Ano: 2011

(03) três mochos Marca: DABI ATLANTI Modelo: CROMA FLEX TYPE

(01) uma máquina de gelo marca Benmax

(01) uma máquina de lavar roupa marca Samsung

5.6.2.2 Relação de equipamentos do Campus Lagarto:

(01) um aparelho de Raio X com pedestal e rodízios. Marca: GNATUS Modelo: SOMMO Ano: 2015

(01) um ultrassom odontológico. Marca: ALT Modelo: ALTSONIC JET CERAMIC Ano: 2015

(01) um Consultório Odontológico. Marca: DENTEMED Modelo: MAGNUS OURO FLEX Ano: ADQUIRIDO EM 2015

(01) uma caneta de alta rotação. Marca: DX Modelo: MEGA BUTTON Ano: 201

(01) UM Micromotor. Marca: DX Modelo: INTRA Ano: 2015

(01) um Contra ângulo. Marca: DX Modelo: INTRA Ano: 2015

(01) um amalgamador. Marca: GNATUS Modelo: AMALGA MIX II Ano: 2015

(01) uma cuba ultrassônica. Marca: GNATUS Modelo: BIO FREE 2L Ano: 2015

(01) um negatoscópio. Marca: ESSENCE DENTAL Modelo: NEGATOSCÓPIO ELEPANORÂMICO Ano: 2015

(01) um fotopolimerizador. Marca: ECEL Modelo: EC450 Ano: 2015

(01) um destilador de água. Marca: CRISTOFOLI Modelo: DESTILADOR CRISTOFOLI Ano: 2015
(01) um compressor odontológico. Marca: GNATUS Modelo: BIOQUALY AIR Ano: 2015
(01) uma autoclave odontológica. Marca: DIGITALE Modelo: 2.1 (12L) Ano: 2017

(01) uma Caneta de alta rotação. Marca: KAVO. Modelo: Turbina extra torque 505C. Ano de aquisição: 2020.
(01) um Micromotor. Marca: KAVO. Modelo 500. Ano de aquisição: 2020.
(01) um Contra ângulo. Marca: KAVO. Modelo: 500. Ano de aquisição: 2020.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período que necessite a manutenção corretiva ou preventiva.
6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1.. O fiscal realizara aferição do serviço efetuado, tanto da manutenção preventiva quanto da corretiva, observando os prazos de atendimento e cronograma de visita para depois efetuar o atesto da nota fiscal.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo

todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

~~7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.~~

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3 O equipamento funcionado normalmente, sem outros defeitos e sem danificar o equipamento.

7.3.2. O atendimento aos chamados/ ordens de serviços no prazo recomendado.

7.3.3. A qualidade na realização dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05..(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.25.1. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.25.2. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

~~7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex. seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.33.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.33.2. (...)~~

~~7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (...) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.38. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.38.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.39. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº (supressão)~~

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.* **Nota(s) explicativa(s): 12**

Qualificação Técnica

8.28. **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;**

8.29. **A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

~~8.30 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se o caso), em plena validade; SUPRESSÃO~~

~~8.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;~~

8.31. **Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) na prestação dos serviços.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~: SUPRESSÃO

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 75.633,48

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 75.633,48 (setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~i) Gestão/Unidade: [...];~~

~~ii) Fonte de Recursos: [...];~~

~~iii) Programa de Trabalho: [...];~~

~~iv) Elemento de Despesa: [...];~~

~~v) Plano Interno: [...];~~

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IVANILDE SANTANA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/12/2024 às 11:29:14.

CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO

Agente de contratação

FRANCISCO LUIZ GUMES LOPES

Autoridade competente